

Exceção de Suspeição nº: 0004355-20.2014.8.17.0000 (0333914-6)

Comarca Origem: Olinda – 3º ara Criminal

Excipiente: Alexandre Vasconcelos Gomes Lopes

Excepto: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da
Comarca de Olinda

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador(a) de Justiça: Judith Pinheiro Silveira Borba

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

ACÓRDÃO

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO ART. 254 DO CPP. INEXISTÊNCIA DE INTENÇÃO DA MAGISTRADA EM PREJUDICAR OU BENEFICAR AS PARTES PELA MERA MANIFESTAÇÃO DE SUA OPINIÃO SOBRE O CRIME EM AUDIÊNCIA. REJEIÇÃO DA EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A causa de suspeição contida no art. 135, V do CPC não se encontra prevista no art. 254 do Código de Processo Penal e a orientação deste Tribunal de Justiça, inclusive desta 2ª Câmara Criminal, é no sentido de que o art. 254 do CPP consigna um rol taxativo das causas de suspeição do magistrado no processo penal, o qual não comporta interpretação extensiva.
2. A situação prevista no art. 135, V do CPC, não se ajusta aos fatos narrados pelo excipiente, porquanto não se vislumbra qualquer benefício ou vantagem que possa a juíza excepta obter com a mera manifestação de sua opinião em audiência sobre os crimes de trânsito. Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já manifestou orientação no sentido de que "o discurso empolgado, a utilização de certos termos inapropriados em relação aos réus, além da manifestação de indignação no tocante aos crimes, não configura, por si, causa de suspeição do julgador". Na mesma decisão, restou consignada a impossibilidade de interpretação extensiva do rol previsto no art. 254 do CPP. (REsp nº 1.315.619/RJ, Rel. Min. Campos Marques, julgado em 15.08.2013, DJe de 30.08.2013).
3. Em sua resposta, a MM Juíza excepta não acatou a suspeição e não há qualquer documento nos autos que demonstre, ainda que minimamente, a intenção da magistrada de prejudicar o

excipiente e favorecer a si própria ou a parte contrária ou mesmo a vítima e sua família.

4. Não se vislumbra a presença da verossimilhança das alegações contidas na petição de fls. 147/155, não se revelando a relevância da arguição, motivo pelo qual, nos termos do art. 100, §§1º e 2º do CPP, entende-se que não há elementos hábeis a autorizar o seu prosseguimento perante esta Corte de Justiça.
5. À unanimidade, rejeitou-se a exceção de suspeição.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da exceção de suspeição nº 333914-6, em que figuram, como excipiente, Alexandre Vasconcelos Gomes Lopes, como excepto, a MM Juíza da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em rejeitar a exceção de suspeição, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 11 de junho de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Exceção de Suspeição nº: 0004355-20.2014.8.17.0000 (0333914-6)

Comarca Origem: Olinda – 3ª ara Criminal

Excipiente: Alexandre Vasconcelos Gomes Lopes

Excepto: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da
Comarca de Olinda

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Procurador(a) de Justiça: Judith Pinheiro Silveira Borba

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de exceção de suspeição oposta por Alexandre Vasconcelos Gomes Lopes contra a Exma. Sra. Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, Dra. Ângela Maria Teixeira de C. Mello.

Aduz o excipiente que, durante a audiência realizada no dia 10.12.2013, a magistrada expôs sua opinião sobre o caso, "aguçando a contrariedade da família da vítima que estava presente na sala de audiência, colocando o acusado destes autos em situação constrangedora e bastante delicada, incorrendo em risco de vida".

Sustenta que a magistrada teceu vários comentários sobre sua indignação quanto aos delitos de trânsito, chegando a dizer que sua vontade era de que pessoas que cometem crimes dessa natureza deveriam ser presas e bater em um poste e morrerem. Chegou a sugerir, ainda, que da próxima vez que o acusado se envolvesse em outro acidente, satisfizesse a vontade da magistrada e morresse, comentando que à família da vítima só restava dor e sofrimento, enquanto o acusado estava solto com todas as regalias e benesses.

Afirma que não consignou os fatos em ata porque eles ocorreram antes de seu início ou após o seu término e, ainda, para não gerar ainda mais constrangimentos ao acusado.

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Embasa o pedido no art. 135, V do CPC.

Requer o recebimento da recusa ou, em caso negativo, o processamento do incidente, com a remessa dos autos ao substituto legal da magistrada excepta.

Através da manifestação de fls. 157/158, a magistrada não acatou a suspeição, determinando a remessa do incidente a esta Superior Instância, nos termos do art. 100 do Código de Processo Penal.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 171/173, opinando pelo não conhecimento da exceção, visto que o excipiente não apontou em qual dos incisos do art. 254 do CPP os fatos alegados se enquadrariam. No mérito, opina pela rejeição da exceção de suspeição.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o Relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 26 de 05 de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Exceção de Suspeição nº: 0004355-20.2014.8.17.0000 (0333914-6)
Comarca Origem: Olinda – 3ª ara Criminal
Excipiente: Alexandre Vasconcelos Gomes Lopes
Excepto: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da
Comarca de Olinda
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Judith Pinheiro Silveira Borba
Órgão Julgador: 2º Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

A exceção de suspeição trata-se de um incidente processual que visa afastar o magistrado que, por alguma situação fática ou circunstância relevante, tenha comprometida a sua imparcialidade – princípio processual assegurada na Constituição da República.

No caso presente, o excipiente não fundamenta a exceção de suspeição em algum dos incisos do art. 254 do Código de Processo Penal, mas no art. 135, V do CPC, que trata da hipótese de magistrado interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

Ocorre que essa causa de suspeição não se encontra prevista no art. 254 do Código de Processo Penal.

A orientação deste Tribunal de Justiça, **inclusive desta 2ª Câmara Criminal**, é no sentido de que o art. 254 do CPP consigna um **rol taxativo** das causas de suspeição do magistrado no processo penal, o qual não comporta interpretação extensiva.

Nesse sentido, vejam-se os seguintes julgados:

EMENTA: EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. DESAVENÇA ENTRE O JUIZ E O ADVOGADO DO ACUSADO. NÃO RECONHECIDA.

Não há como reconhecer a alegada suspeição, uma vez que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 254 do Código de Processo Penal. Tais hipóteses são taxativas, não admitindo interpretação extensiva, conseqüentemente não há como admitir a suspeição entre o juiz e o advogado.

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça que eventual desavença entre o advogado e o magistrado não configura suspeição.

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

Exceção de Suspeição nº 308193-8, Rel. Des. Antônio Carlos Alves da Silva, 2ª Câmara Criminal, j. dia 21/08/2013, DJe de 02/09/2013.

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NA LEI. 1. Impróspera a exceção de suspeição, por não se enquadrarem os fatos arguidos pelo excipiente em qualquer das hipóteses legais previstas no artigo 254 do Código de Processo Penal, as quais são taxativas, inexistindo prova de qualquer parcialidade do excepto. 2.

Exceção rejeitada. Exceção de Suspeição nº 284337-6, 1ª Câmara Criminal, Rel. Des. Roberto Ferreira Lins, J. 10.07.2012, DJe de 20.07.2012.

Assim, não há como admitir a aplicação subsidiária da hipótese contida no art. 135, V do Código de Processo Civil, como pretende o excipiente, ao feito sob análise, ante a impossibilidade de interpretação extensiva do art. 254 do CPP.

De qualquer sorte, é importante salientar que a situação prevista no art. 135, V do CPC, que considera suspeito o magistrado que **tem interesse** no julgamento da causa em favor de uma das partes, não se ajusta aos fatos narrados pelo excipiente, porquanto não se vislumbra qualquer benefício ou vantagem que possa a juíza excepta obter com a **mera manifestação de sua opinião em audiência sobre os crimes de trânsito**.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já manifestou orientação no sentido de que **"o discurso empolgado, a utilização de certos termos inapropriados em relação aos réus, além da manifestação de indignação no tocante aos crimes, não configura, por si, causa de suspeição do julgador"**. Na mesma decisão, restou consignada a impossibilidade de interpretação extensiva

do rol previsto no art. 254 do CPP. (REsp nº 1.315.619/RJ, Rel. Min. Campos Marques, julgado em 15.08.2013, DJe de 30.08.2013).

Desse modo, precisaria haver a demonstração de que a magistrada pretende beneficiar uma parte em detrimento da outra, para o reconhecimento da mencionada hipótese de suspeição, o que não restou evidenciado nos presentes autos, visto que o excipiente, por intermédio de seu advogado, sequer consignou em ata os fatos que alega terem ocorrido.

A arguição de que os fatos ocorreram antes ou após a realização da audiência e que por isso não foram consignados em ata não convence, porquanto, se aconteceram antes, poderia o advogado do excipiente ter solicitado a consignação em ata de audiência, para assim demonstrar a mínima plausibilidade de suas alegações.

Importante destacar que o excipiente afirma textualmente que "Em diversos momentos a audiência foi interceptada pelo posicionamento de V. Exa., sempre no sentido de demonstrar o repúdio aos fatos que vem sendo apurados, chegando a dizer que sua vontade era que as pessoas que cometem delitos de trânsito, como o ora apurado, deveriam ser presas, e mais, que por sua vontade deveriam bater de frente a um poste e morrerem, pois, caso ficassem paraplégicos iriam dar trabalho a família".

Ora, os graves comentários acima transcritos, segundo o próprio excipiente, teriam sido proferidos pela magistrada **durante** a audiência e, mesmo assim, não houve consignação dos mesmos em ata pelo seu patrono.

Em sua resposta, a MM Juíza excepta não acatou a suspeição e não há qualquer documento nos autos que demonstre, ainda que minimamente, a intenção da magistrada de prejudicar o excipiente e favorecer a si própria ou a parte contrária ou mesmo a vítima e sua família.

Poderia o excipiente ter acostado, *exempli gratia*, a declaração de alguma testemunha que presenciou os fatos por ele suscitados no pedido de

suspeição ou qualquer outro documento que evidenciasse o interesse da magistrada no julgamento da causa em seu prejuízo, mas não o fez.

Assim, por não vislumbrar a presença da verossimilhança das alegações contidas na petição de fls. 147/155 e, em consequência, por não reconhecer a relevância da arguição, nos termos do art. 100, §§ 1º e 2º do CPP, entendo que não há elementos hábeis a autorizar o seu prosseguimento perante esta Corte de Justiça.

Por todo o exposto, tem-se que a exceção é manifestamente incabível e improcedente, motivo pelo qual voto pela sua **rejeição**.

Recife, 11 de 06 de 2014


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



187
e

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL – 11.06.2014
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº. 333914-6 – OLINDA
EXCIPIENTE: ALEXANDRE VASCONCELOS GOMES LOPES
EXCEPTO: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE OLINDA
RELATOR: DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR

RELATÓRIO ÀS FLS. 176/177 DOS AUTOS.

ADVOGADO JOSEMIR CÉSAR PAES DE LIRA – OAB 26297

Inicialmente saudando Vossa Excelência, Presidente da Segunda Turma do Tribunal do Júri, Vossas Excelências, senhores desembargadores aqui presentes, senhores serventuários, colegas advogados aqui presentes.

Excelência, eu devo confessar que essa foi uma das audiências mais tensas que eu já participei nas varas dessa comarca.

Na audiência estava presente o acusado, aqui presente, advogado também, colega nosso, o Alexandre Vasconcelos, a magistrada, a Promotoria de Justiça e a mãe e o pai do acusado. Todos estavam presentes na sala de audiência, e a mãe da vítima - na verdade, não é mãe do acusado, é mãe da vítima - chorava copiosamente a todo tempo.

O pai da vítima é um policial militar até de compleição física avantajada, estava na sala também, se mostrava muito nervoso, o tempo todo esfregando as mãos e até ficando, certos momentos mudando até de cor, ficando meio pálido, e a magistrada, inicialmente, Dra. Ângela, a quem até tenho muito apreço, iniciou a audiência, teceu alguns comentários a respeito das infrações de trânsito e, ao final da audiência, ela teceu várias opiniões a respeito da conduta do acusado, e o desfecho foi dizendo a ele que da próxima vez em que ele se envolvesse em novo acidente de trânsito, satisfizesse a vontade dela, batesse e morresse também. Olhou para a família da vítima e disse assim: "À senhora só resta a dor e o sofrimento, porque ele vai ficar aí solto, à solta para cometer novos delitos".

No momento, Excelência, eu confesso que eu não pedi para consignar em ata o que a douta magistrada havia dito porque eu me levantei e fiquei próximo ao pai do rapaz, que estava, na hora da audiência, após ouvir a opinião da juíza, muito inquieto, e eu até achei que ele iria levantar e agredir o acusado. Eu achei, sinceramente, ou ele ou ela, após ouvir a magistrada, o clima era realmente de tensão, o ideal era que essa audiência tivesse sido gravada, infelizmente não foi.

Então, eu entendi que ainda parar a audiência ou chamar a magistrada para que fosse reaberta a ata para que ela viesse novamente contar os fatos, a

1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

opinião que ela havia prolatado durante a audiência, iria trazer ainda mais transtorno, não só para ele, como poderia até aguçar uma reação ali inesperada. Então, no momento da audiência eu tinha que escolher entre consignar em ata ou tentar dissipar as pessoas que estavam ali naquele momento para evitar um conflito.

Então, o que aconteceu? Após a audiência, eu relatei na minha suspeição o que havia ouvido, juntamente com o acusado, nós assinamos e pedimos a ela para que ela se averbasse suspeita. A resposta da magistrada não foi no sentido de negar o que havia sido escrito, não. Se Vossas Excelências observarem o que a magistrada relata na negativa de se ausentar do processo, ela diz o seguinte, vou até ler dois trechos apenas aqui, para não estender muito. Ela diz:

“Quanto aos alegados comentários proferidos por esta magistrada, tem-se de forma rotineira, inclusive largamente veiculado na imprensa, principalmente no período que antecedeu as festividades do Natal e do Ano Novo, as reiteradas matérias jornalísticas veiculadas na imprensa em geral sobre os acidentes automobilísticos, inclusive com vítimas fatais, onde os condutores, por artifícios legais ou lacunas legais, conseguem perpetuar o feito, fazendo com que a sociedade venha a se comportar de modo revoltoso contra a impunidade. Também foi veiculada na imprensa a intenção dos órgãos governamentais em buscar junto aos condutores que causaram danos patrimoniais ou pessoais a devida reparação, inclusive há uma tendência atual de se buscar inclusive a mera reparação de poste de iluminação pública, pois tanto as companhias de fornecimento de energia quanto as prefeituras já não mais suportam os gastos de quem, após ingerir bebida alcoólica ou por simples imprudência, negligência ou imperícia, danifica bens públicos ou de concessionárias de serviços públicos, quanto mais os prejuízos decorrentes de perda de membros, função de vida alheia, decorrentes de tais condutas. De fato, admito que para a família da vítima, a qual, em plena idade produtiva teve sua vida ceifada e interrompida, só resta mesmo administrar a sua dor, ainda mais em pleno 31 de dezembro, o que a todo ano se repetirá a cena e a dor. Talvez a indignação do excipiente seja pelo fato dele não ter perdido nenhum familiar de modo abrupto, em decorrência de imprudência, negligência ou imperícia”.

A douta magistrada, ela não nega ter dito os fatos que foram posteriormente levados a ela. Então, a consignação seria mais uma prova do que ela havia dito, mas, posteriormente, tudo que ela havia relatado, toda sua opinião, tudo que havia sido expressado na audiência, foi novamente levado a ela e ela em momento nenhum nega ter dito esses fatos, apenas se restringe a dizer que o que ela falou é o que vem sendo veiculado na imprensa.

Então, partindo da própria resposta da magistrada, eu entendo, Excelência, que nesse caso a consignação foi trocada por uma tácita confissão da magistrada pelo que havia sido dito.



188

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

E por outro lado, da forma que agiu dentro do processo, isso vem assim, de forma frontal e direta, a atingir a imparcialidade da magistrada no presente processo, até porque, no que pese o entendimento da douta promotora, por não terem sido apontados diretamente artigos que conduzissem à exceção de suspeição, é pacífico o entendimento de que os atos dos magistrados, se houver configurado alguma predisposição a qualquer das partes, ou opinião pessoal, pode, sim, ser enquadrado como, ela pode, sim, ser reconhecida a suspeição.

Então, nesses termos, eu solicito, a defesa solicita pela procedência do pedido da Exceção de Suspeição da magistrada.

Muito obrigado.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 182 A 185 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS

Eu já tenho esse entendimento. Eu acompanho o relator.

DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO (PRESIDENTE)

Eu voto no mesmo sentido.

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".
